



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA  
ESTADO DA BAHIA**

**Glória, 29 de agosto de 2023.**

**MENSAGEM nº 012/2023  
Projeto de Lei nº 012/2023**

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, e de seus ilustres pares, com imensa satisfação, o incluso Projeto de Lei que institui o Conselho Municipal de Defesa e Direitos das Pessoas com Deficiências de Glória BA com o objetivo de regular a atuação do poder público para viabilizar a promoção dos direitos das pessoas com deficiências. Solicito a cooperação do nosso Poder Legislativo para que essa matéria seja analisada e votada para que possamos ter o necessário suporte para o desenvolvimento dos trabalhos voltados para a defesa dos direitos dessa parcela da população, ainda vulnerável.

Acreditando ter feito a necessária fundamentação, mesmo de forma sucinta, encaminhando para apreciação desta egrégia Casa, o presente projeto de Lei, esperando que os ilustres Edis o acolham e o aprovem integralmente, pelos fundamentos apresentados.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA,  
Em 29 de agosto de 2023.**

**DAVID DE SOUZA CAVALCANTI**  
Prefeito Excelentíssimo Senhor

**JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS**  
Presidente da Câmara Municipal de Glória  
Nesta.

Atesto o Recebimento Protª Nº 225  
Em 29 de agosto de 2023  
Câmara Municipal de Glória - BA

**Edilma Correia do Nascimento**  
Assessora da Presidência  
Mat. 036



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA  
ESTADO DA BAHIA**

**Projeto de Lei nº 012 de 29 de agosto de 2023**

Institui a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, estabelece a Política Municipal da Pessoa com Deficiência e o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência do Município de Glória – Estado da Bahia.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de sigla CMDPCD, órgão de caráter consultivo, fiscalizador, deliberativo, permanente, paritário e controlador das ações, em todos os níveis das políticas públicas no âmbito municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

**Parágrafo Único** – A Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS deverá dar suporte quanto à estrutura física, administrativa e funcional do Conselho.

**Art. 2º** - Esta lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e das normas gerais para sua adequada aplicação.

**Art. 3º** - O atendimento dos direitos das Pessoas com Deficiência no Município de Glória-Bahia será feito através de Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Recreação, Esporte, Cultura, Profissionalização e outros, assegurando-lhes em todas elas, o tratamento com dignidade e respeito à liberdade, à convivência familiar e comunitária.

**Art. 4º** - Para efeitos desta lei, consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade.

**Art. 5º** - A política pública referente aos direitos das pessoas com deficiência será garantida por meio dos seguintes órgãos:

I – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

II - Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**Art. 6º** - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I – elaborar os planos, programas e projetos da política municipal para inclusão das pessoas com deficiência e propor as providências necessárias a sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros e as de caráter legislativo;

II - zelar pela efetiva implantação da política municipal para inclusão das pessoas com deficiência;

III - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais de acesso à educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, urbanismo e outras relativas às das pessoas com deficiência;

IV – acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política municipal para inclusão de pessoas com deficiência;

V - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos das Pessoas com Deficiência;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA  
ESTADO DA BAHIA**

- VI - propor a elaboração de pesquisa e estudos que visem a melhoria da qualidade de vida das Pessoas com Deficiência;
- VII - acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão das pessoas com deficiência;
- VIII - manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social de entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade;
- IX - avaliar anualmente o desenvolvimento da política municipal de atendimento especializado às pessoas com deficiência de acordo com legislação em vigor, visando à sua plena adequação;
- X - convocar assembleia de escolha de representantes da sociedade civil, quando houver vacância no lugar de conselheiro titular e suplente, ou no final do mandato, dirigindo os trabalhos eleitorais;
- XI - solicitar aos órgãos municipais, a indicação dos membros, titular e suplente, em caso de vacância ou término do mandato;
- XII - eleger o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário dentre seus membros;
- XIII - elaborar seu Regimento Interno;
- XIV - desenvolver outras atividades correlatas.

**Art. 7º** - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizará, sob sua coordenação, uma Conferência Municipal, coincidindo com a Conferência Estadual ou por deliberação da plenária, para avaliar e propor políticas públicas da área a serem implementadas ou já efetivadas no Município, garantindo sua ampla divulgação.

**Art. 8º** - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composto por 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) membros suplentes, sendo:

I - 05 (cinco) membros representantes o Poder Público, por meio das secretarias municipais;

II - 05 (cinco) membros representantes da sociedade civil, escolhidos em fórum próprio.

**Art. 9º** - Para cada conselheiro titular será indicado, simultaneamente, um conselheiro suplente, observando os mesmos procedimentos e exigências.

§ 1º - O mandato dos Conselheiros será de 2 (dois) anos, admitindo-se recondução.

§ 2º - A função do membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 3º - A nomeação e posse dos conselheiros serão feitas mediante Decreto expedido pelo Prefeito Municipal.

**Art. 10º** - Perderá o mandato o conselheiro que:

I - desvincular-se do órgão de origem de sua representação;

II - faltar a três (3) reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no regimento Interno;

III - apresentar renúncia ao conselho;

IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V - for condenado por sentença irrecorrível em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.

**Art. 11º** - O Regimento Interno do Conselho será elaborado por seus membros no prazo de até 60 dias após sua instalação e aprovado pelo Prefeito Municipal, mediante Decreto.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA  
ESTADO DA BAHIA**

**Parágrafo Único** – A organização e o funcionamento do Conselho serão disciplinados no Regimento Interno.

**Art. 12º** - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, como captador dos recursos a serem utilizados segundo deliberações do Conselho, ao qual o órgão é vinculado.

**Art. 13º** - Compete ao Fundo:

I - gerir os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos, em benefício das pessoas com deficiência, pelo Estado ou pela União;

II - gerir os recursos captados pelo Município, através de convênios, ou por doações ao Fundo;

III - liberar os recursos a serem aplicados em benefício das pessoas com deficiência nos termos da resolução do Conselho;

IV - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos das pessoas com deficiência, segundo resoluções do conselho;

V - gerir os recursos do Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

VI - desenvolver outras atividades correlatas.

**Art. 14º** - O Fundo será regulamentado por Decreto expedido pelo Prefeito.

**Art. 15º** - Para executar serviços de natureza técnica, o Conselho poderá contar com serviços municipais.

**Art. 16º** - Fica o Poder Público Municipal autorizado a abrir crédito suplementar para as despesas iniciais, decorrentes do cumprimento desta lei.

**Art. 17º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA,**

Em 29 de agosto de 2023.

**David de Souza Cavalcanti**  
Prefeito